

**É POSSIVEL ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA
COMO L1 E L2 CONCOMITANTEMENTE?
RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA
NO CURSO DE PEDAGOGIA BILINGUE**

Daniele Barboza Moura (INES)
danielebmoura@ig.com.br

**O vento é sempre o mesmo,
Mas sua resposta é diferente em cada folha.
Somente a árvore seca fica imóvel entre borboletas e pássaros.**

(Cecília Meireles)

1. Introdução

Sabemos que o ensino de línguas não é tarefa fácil. Constantemente em nosso contexto escolar travamos diversas batalhas a respeito desta árdua tarefa, pois o ensino da leitura e escrita continua sendo uma das tarefas escolares mais importantes.

Nas sociedades em geral, a língua ocupa uma importante posição, a de identidade daquele povo, marca daquela nação. A língua é formada por um conjunto de palavras e expressão usadas por um povo e por uma nação (AURÉLIO, 2009). Sendo assim, ao ouvir determinada palavra ou expressão, nos faz lembrar ou identificar à que país pertence. Logo é difícil falar de língua sem relacionar com a sociedade.

Para Benveniste, indivíduos e sociedade ganham existência e se determinam mutuamente pela língua, que é a manifestação da faculdade humana da linguagem e da capacidade de simbolizar. A língua deve ser o instrumento de comunicação comum a todos.

Para Sapir (1975, p. 205) toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. A língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas.

Logo a língua surge em uma convenção social, sendo apenas como uma identificação oficial. Um exemplo disso é o Português no Brasil,

que é a língua oficial, porém temos as línguas indígenas e a língua brasileira de Sinais.

Entretanto a modalidade escrita da língua, durante muito tempo foi privilégio de poucos, fazendo parte de um grupo restrito, sendo considerada, essa escrita um signo de poder. Para Barthes & Mauriès (1987), por muito tempo a escrita serviu para esconder aquilo que lhe fora confiado: ela não uniu os homens, mas, pelo contrário, separou-os, opondo os que a dominavam daqueles que a ela tinham acesso proibido. Por aproximadamente dois milênios, ainda de acordo com Barthes & Mauriès (1987), a escrita esteve ligada a um clã de poder, chegando ao mundo laico apenas no século XIII, determinando o surgimento de uma corporação de escritores dotado de privilégio.

Nos dias de hoje, é possível vivenciar essa afirmação de que a escrita continua sendo um signo de poder, uma vez que ainda temos pessoas que não possuem esse poder nas mãos. Parte deste grupo está representado neste texto por indivíduos surdos.

O Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, assegura aos alunos surdos a educação bilíngue que consiste em ter um interprete em sala tendo como função a mediação entre professor-aluno/aluno-professor ou um professor bilíngue. Entretanto não isenta o aluno surdo de aprender a língua portuguesa em sua modalidade escrita e sob a perspectiva de segunda língua. Sendo assim é preciso algumas adequações linguísticas e com relação aos mecanismos de ensino do idioma e sua avaliação.

Sabemos que a educação de surdos, em especial, no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa, é sempre um campo delicado e com muitas lacunas ainda a serem preenchidas, pois percebemos que o número de surdos que conseguem chegar e concluir um curso superior ainda é restrito.

No Brasil temos dois cursos que surgem com o objetivo de atender esse grupo de minoria, respeitando e construindo um currículo adequado a sua língua: O curso letras/libras oferecido pela Universidade de Santa Catarina (UFSC) e o curso de pedagogia bilíngue oferecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

No curso de pedagogia bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, as turmas são formadas por alunos ouvintes - falantes de Português e Surdos - usuários de LIBRAS. Na grade curricular

é oferecida do primeiro ao sétimo período a disciplina de língua portuguesa, que tem por objetivo apenas o ensino de sua modalidade escrita, proporcionando aos alunos o contato com maior número de gêneros textuais, de modo a ampliar seu repertório no que diz respeito ao aprimoramento da L2. Na verdade a intenção é aprimorar a escrita deste aluno surdo. Mas eis a questão. Como realizar essa atividade em conjunto como os alunos ouvintes? É possível trabalhar a mesma proposta de maneira que agrade e atenda a ambos com a mesma qualidade?

Tarefa árdua esta do ensino no contexto bilíngue, pois há na mesma arena dois idiomas, duas culturas, sendo uma maioria e outra minoria. Entretanto por um momento essa maioria encontra-se no espaço reservado a minoria, o INES é a casa do surdo! Confuso? Sim, eis que surge um duelo, o embate das interações de um grupo, do coletivo, sendo necessário, a todo o momento, ultrapassar os obstáculos impostos pelos dois grupos.

No início acreditei que por ser um espaço onde ambos estavam cientes da proposta bilíngue, que não teríamos muitos problemas no que diz respeito às interações sociais, mas ao decorrer das aulas pude perceber que seria mais delicado do que eu imaginava pois além da dificuldade real em relação a escrita por parte do surdo, havia uma luta por poder entre os grupos com relação a língua em questão.

Luta esta que me remete a seguinte discussão de Abreu (1999, p.13-14) apresentada por Lodi (2004, p. 22) através da seguinte citação:

Faria perceber as desigualdades sociais, gerando descontentamento e in-subordinações. Uma vez que os pobres deveriam permanecer pobres, seria melhor que não se alimentassem ideias que os fizesse desejar alterar seu estado.

Assim, naquele tempo e espaço estava claro a desigualdade social, representada pela língua portuguesa. De um lado, ouvintes (maioria e dominante), do outro, surdos (minorias) em pleno conflito. A mediação estava em minhas mãos, enquanto educadora não poderia permitir tal confronto, foi então que surgiu a ideia de fazer com que os alunos ouvintes se sentissem como os surdos.

2. *A vivência*

Com o objetivo de integrar o grupo e estimular a leitura e escrita, com ênfase nos alunos surdos. Propus ao grupo trabalharmos com clássi-

cos da literatura em quadrinhos, publicados pelo editora Escala Educacional.

A escolha pelos quadrinhos não foi por acaso. Sabemos que o surdo tem uma relação muito forte com o visual, por conta de sua própria língua e tendo a imagem acreditávamos que auxiliaria par uma melhor compreensão da leitura.

Os ouvintes dividiram-se em grupos e selecionaram o livro que iriam traduzir da língua portuguesa para a libras e os surdos deveriam transcrever as traduções para língua portuguesa. O processo foi desafiador. A tradução não é tarefa fácil, como afirma Sobral:

Traduzir não é atividade restrita ao estritamente linguístico, nem é a ordem do linguístico estritamente linguística. Traduzir é criar ligações, muitas vezes perigosas; é gerar interfaces, tão sujeitas a enganos quanto às dos computadores; é vincular seres humanos entre si, por vezes de modo confrontativo; traduzir é conviver com um desejo que jamais se realiza, é viver na companhia constante da impossibilidade de realizar plenamente o sentido – e no entanto se traduz. [SOBRAL, 2003]

Essa impossibilidade de realizar plenamente os sentidos do texto acompanhou todos os envolvidos deste o início do processo até a sua conclusão, e fez com que o grupo percebe-se que não há língua fácil, que não basta dominar um código para compreender determinado texto, a língua é muito mais que um conjunto de palavras e isso se torna presente com maior intensidade quando nos deparamos com um contexto de educação bilíngue para surdos. Como Eco (2007, p. 190) afirma, a tradução não diz respeito apenas a uma passagem entre duas línguas, mas entre duas culturas. E é o que ocorre neste espaço bilíngue, a todo instante estamos traduzindo informações de uma cultura para outra.

Durante esse processo de tradução os alunos foram descobrindo outros mecanismos para traduzir, pois entre os ouvintes havia alunos que não tinham pleno domínio da libras, estando no mesmo estágio que os surdos no que diz respeito a língua portuguesa. Esses mecanismos foram representados por imagens ou dramatizações que representassem a passagem do texto, de modo que ao ver aquela encenação teríamos o *feedback* do texto de partida.

O produto final foi concebido por meio da apresentação dos clássicos da literatura selecionados em libras pelos alunos ouvintes e os alunos surdos tiveram que transcrever em língua portuguesa e depois confrontar com o texto utilizado como base para a tradução.

A experiência proporcionou ao grupo muito mais do que a importância da interação de do respeito com o outro, mais também o quanto é difícil a tarefa do professor no contexto educacional, sendo o contexto da educação de surdos ou em outro espaço escolar. Cabe o professor adequar sua proposta de modo a atender a todos sem discriminar ou privilegiar apenas uma minoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDETTI, Ivone C.; SOBRAL, Adail. *Conversas com tradutores*. Balanços e perspectivas da tradução. São Paulo: Parábola, 2003.
- B. LODI et al. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Experiências de tradução. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SAPIR, Edward. *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.